

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2018**  
**TIPO DE JULGAMENTO: MAIOR OFERTA**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA  
PARA CESSÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍ-  
PIO DE CANDELÁRIA.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 9h do dia 26 de junho de 2018, junto a Sala da Divisão de Licitações, localizada nos fundos da Prefeitura Municipal de Candelária, Sala 08, se reunirá a comissão de licitações, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a **CESSÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, processando-se esta licitação nos termos Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e com as Resoluções nº 3.402/06, nº 3.424/06 e Circular nº 3.522/11, do Banco Central do Brasil - BACEN.

**1. OBJETO**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de instituição financeira para a cessão onerosa do direito de efetuar o pagamento da folha dos servidores públicos do Município, incluindo-se o serviço de realizar o pagamento dos servidores públicos municipais, ativos e inativos, estatutários, celetistas e contratados temporários, da Administração Direta, em número aproximado de 916 (novecentos e dezesseis), podendo ocorrer variações, para mais ou para menos, ao longo do período do contrato.

**1.1. OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA:**

**1.1.1.** Instalar e/ou manter posto de atendimento bancário na sede do Município caso a instituição financeira não tenha agência bancária no Município, com no mínimo 2 (dois) caixas de atendimento, pessoal interno para atendimento dos servidores e 4 (quatro) máquinas de atendimento eletrônico. O autoatendimento deverá funcionar no mínimo das 07h ao máximo até as 22h, ininterruptamente, nos dias úteis.



**1.1.2.** O prazo para a instalação do posto de atendimento bancário, se for o caso, será de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato. Esse prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que solicitado pela parte durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**1.1.3.** Realizar os serviços de reforma, remodelação e instalação física, elétrica, lógica e de telefonia no local destinado à instalação do posto de atendimento, que deverá respeitar as normas referentes aos portadores de necessidades especiais.

**1.1.4.** Arcar com os custos da instalação dos postos de atendimento eletrônico

**1.1.5.** Dispor de sistema informatizado compatível com o do Município, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e on-line, arcando com todas as despesas de adaptação, se necessárias.

**1.1.6.** Não transferir ou ceder as suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do Contratante.

**1.1.7.** Oferecer aos servidores municipais, sem a cobrança de qualquer tarifa, a cesta de serviços no mínimo, os seguintes produtos/serviços descritos abaixo. Os demais serviços prestados pela instituição financeira, e voluntariamente contratados pelos servidores, poderão ser remunerados de acordo com a tabela de tarifas do banco.

- a) abertura e manutenção de conta corrente;
- b) transferência, total ou parcial, dos créditos para outras instituições;
- c) saques, totais ou parciais, dos créditos;
- d) 01 (um) extrato semanal emitido em terminal eletrônico;
- e) 25 (vinte e cinco) pagamentos diversos (caixas/autoatendimento);
- f) fornecimento e manutenção de cartão magnético;
- g) 01 (um) talão de cheques ao mês, com 20 (vinte) folhas, conforme análise de crédito realizada pela cessionária;
- h) impressão de contracheque mensal no terminal eletrônico sem cobrança de tarifa.

**1.1.8.** Efetuar todo e qualquer trabalho ou procedimento necessário para a abertura da conta corrente de todos os servidores, disponibilizando estrutura física e humana para o atendimento dos mesmos.

**1.1.9.** Para os servidores que optarem pela transferência total e automática dos créditos para outras instituições não será fornecido o cartão magnético e o talão de cheques, em atendimento ao disposto no art. 6º, §2º, da Resolução nº 3.424/06, do BACEN.

**1.1.10.** Se ao longo da vigência do contrato, tornar-se necessária a instalação de mais equipamentos de atendimento eletrônico, o licitante vencedor deverá providenciá-las no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação efetuada pelo Contratante, até o limite de 2 (duas) novas máquinas.



## **2. DA PARTICIPAÇÃO**

### **2.1. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

**2.1.1.** Os documentos necessários para a habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, em dois envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como o nº 1 e nº 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2018  
ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO  
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2018  
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA  
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**2.2.** Não será admitida a participação de instituições financeiras que se encontrem:

- a)** em regime de intervenção ou liquidação extrajudicial;
- b)** impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal de Candelária e as declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública.

## **3. DA HABILITAÇÃO**

Para a habilitação, o licitante deverá apresentar no envelope nº 1, os seguintes documentos:

### **3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**3.1.1.** Ato Constitutivo da instituição, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**3.1.2.** Autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil;

**3.1.3.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

### **3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**



**3.2.1** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União).

**3.2.2** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

**3.2.3.** . Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

**3.2.4** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

**3.2.5.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

### **3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**3.3.1. Declaração do Banco Central do Brasil** de que não se encontra em regime de intervenção ou liquidação extrajudicial;

### **3.4. DECLARAÇÕES:**

**3.4.1.** Declaração sob as penas da Lei, expedida pela instituição participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

**3.4.2.** Declaração sob as penas da Lei, expedida pela instituição participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

**3.5.** Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

## **4 – DA PROPOSTA**

**4.1.** O envelope nº 2 deverá conter:

**4.1.1.** Proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da instituição, mencionando o valor da cessão onerosa do direito de efetuar o pagamento da folha dos servidores públicos do Município.



**4.1.2.** Somente serão classificadas as propostas que forem iguais ou superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

#### **OBSERVAÇÕES:**

**4.2.** Não serão aceitas propostas cujos valores sejam cotados com mais de duas casas decimais após a vírgula.

**4.3.** Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.

**4.4.** Não serão consideradas as propostas cujas condições estejam em desacordo com o solicitado no edital.

**4.5.** A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura da Tomada de Preços.

**4.6.** Quaisquer inserções na proposta, que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão legal no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**4.7.** A proposta poderá seguir o modelo do Anexo III.

### **5. DO JULGAMENTO**

**5.1.** Esta licitação é do tipo *melhor oferta* e o julgamento será realizado pela Comissão de Licitação, levando em consideração o maior valor ofertado.

### **6 – CRITÉRIO DE DESEMPATE**

**6.1.** Ocorrendo o empate entre 02 (duas) ou mais proponentes que apresentarem a mesma proposta de preço, a Comissão de Licitação realizará em sessão pública, um sorteio entre as Licitantes com propostas de preços empatadas.

### **7. DOS RECURSOS**

**7.1.** Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

**7.2.** O prazo para interposição de recursos relativos às decisões da Comissão de Licitação, relativa ao julgamento da habilitação e da proposta, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão objeto do recurso.



**7.2.1.** Os recursos, que serão dirigidos à Comissão de Licitação, deverão ser protocolados, dentro do prazo previsto no item 7.2, no Setor de Protocolo durante o horário de expediente, 8h às 11h:30m e das 13h:30m as 17h.

**7.3.** Havendo a interposição tempestiva de recurso, os demais licitantes serão comunicados para que, querendo, apresentem contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis e na forma prevista no item 7.2.1.

**7.4.** Não serão aceitos recursos ou contrarrazões apresentados fora do prazo ou enviados via fax, e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto no item 7.2.1.

**7.5.** Decorrido o prazo para a apresentação das razões e contrarrazões de recurso, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Prefeito, acompanhado dos autos da licitação, do relatório dos fatos objeto do recurso e das razões da sua decisão.

**7.6.** A decisão do Prefeito, a ser proferida nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento do relatório e das razões de decidir da Comissão de Licitações, é irrecorrível.

**7.7.** Os prazos previstos nos itens 7.5 e 7.6 poderão ser prorrogados, a critério da Administração, sempre que for necessário para o adequado julgamento dos recursos, como, por exemplo, para a realização de diligências. A prorrogação deverá ser devidamente justificada nos autos da licitação.

## **8. DOS PRAZOS**

**8.1.** Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 5 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 8.3 desse edital;

**8.2.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**8.3.** Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 1% (um) do valor do contrato.

**8.4.** O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados do dia posterior à assinatura.



## **9. REPASSE**

**9.1.** A adjudicatária deverá depositar em conta bancária a ser indicada pela Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do contrato, o valor da proposta financeira apresentada.

## **10. ENCARGOS**

**10.1.** Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como qualquer outro decorrente de multas, responsabilidade civil e similares, com referência ao objeto desta licitação, serão arcados pela contratada.

## **11. FISCALIZAÇÃO**

**11.1.** A fiscalização do serviço e do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo contratante, por meio dos servidores Jonas Haetinger e Davi Melchior, lotados na Secretaria Municipal da Fazenda e Secretaria Municipal de Administração, respectivamente, órgãos dotados dos mais amplos poderes para assegurar que o serviço esteja de acordo com o estipulado pelo Edital e disposições contratuais.

**11.2.** À fiscalização cabe:

- a)** registrar eventuais atos ou fatos que importem em descumprimento de cláusulas contratuais e condições previstas no Edital;
- b)** julgar a qualidade dos serviços e propor a aplicação de penalidades em conformidade com o prescrito na Lei nº 8.666/93 e no Edital;

**11.3.** Caso os serviços não atendam às exigências constantes do Edital e seus anexos, a fiscalização poderá solicitar ao setor competente o início de processo administrativo, para apuração da infração e aplicação da penalidade cabível.

**11.4.** A fiscalização exercida pelo Contratante, nos termos do Edital, não isenta a cessionária das responsabilidades previstas no mesmo.

## **12. DA UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO**

**12.1.** Toda a estrutura e montagem destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário e de atendimento eletrônico, se for o caso, ocorrerá por conta da cessionária.



**12.2.** Em caso de constatação de irregularidades na execução das estruturas, a cessionária se obriga a saná-las imediatamente.

**12.3.** No caso de os equipamentos de atendimento eletrônico instalados apresentarem defeito ou mau funcionamento, deverá a contratada consertá-los no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação formal. Os equipamentos instalados deverão estar em perfeito estado de funcionamento, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do tempo em que exigida sua disposição.

**12.4.** Os serviços de vigilância e de limpeza dos postos de atendimento eletrônico e do Posto de Atendimento Bancário, bem como seguros de qualquer natureza relativos aos espaços públicos em que instalados, serão de inteira responsabilidade da cessionária.

### **13. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**13.1.** Nos casos em que o servidor optar pela transferência de sua remuneração para conta bancária de outra instituição financeira, basta o servidor formalizar essa opção junto à cessionária uma única vez, não sendo necessária a formalização nos meses seguintes.

**13.2.** Os valores a serem transferidos deverão estar à disposição, na conta bancária informada pelo servidor, em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da transferência para a instituição financeira cessionária para os demais servidores do Município.

**13.3.** O licitante vencedor não poderá cobrar tarifas bancárias sobre todas as contas mantidas em nome do Município e a movimentação das mesmas, durante a vigência do contrato, bem como o pagamento dos servidores não implicará em qualquer custo ao ente público.

**13.4.** Os créditos a serem lançados nas contas correntes dos servidores, nos termos deste Edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento, gratificação natalina (décimo terceiro salário), férias e demais créditos originários do vínculo entre o servidor e o Município.

**13.5.** O Município enviará a relação nominal dos servidores, contendo os dados necessários para o pagamento, com antecedência de 01 (um) dia útil, da data do crédito.

**13.6.** O Município determinará a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros com antecedência mínima de 01 (um) dia da seguinte maneira:

D-1 = data para ser repassado o arquivo;

D 0 = data da entrega dos recursos pelo Município para a Instituição Financeira Contratada;





D+1= crédito na conta do servidor, disponível para saque. O processamento do crédito deverá ser feito a contar da 24h de D 0.

**13.7.** Valor da folha de pagamento (base salarial: mês abril/ ano 2018):

a) Total Bruto: R\$ 2.616.235,98 (dois milhões, seiscentos e dezesseis mil, duzentos e trinta e cinco reais, noventa e oito centavos);

b) Total Líquido: R\$ 1.902.053,46 (um milhão, novecentos e dois mil, cinquenta e três reais, quarenta e seis centavos);

## **14. PENALIDADES**

**14.1.** Multa de 1% (um por cento) do valor da proposta, por dia, em caso de atraso no repasse, de que trata o item 9.1, até o limite de 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução total do contrato.

**14.1.1.** Se ocorrer a inexecução total do contrato, na forma do item anterior, a multa será cumulada com a suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

**14.2.** Multa de 0,5 % (meio por cento) do valor do contrato, por dia, no caso de atraso no cumprimento das demais obrigações previstas no edital, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

**14.2.1.** Se ocorrer a inexecução contratual, na forma do item anterior, a multa será cumulada com a suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

**14.3.** A Administração poderá, em caso de cumprimento insatisfatório de qualquer das obrigações assumidas pelo particular, aplicar a penalidade de advertência, visando a correção das faltas apontadas.

**14.3.1.** Se a contratada, após o recebimento da Advertência, não corrigir as faltas apontadas ou, as tendo corrigido, voltar a cometê-las, a Administração aplicará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo, inclusive, proceder a rescisão do contrato.

**14.4.** Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de um ano, quando o contratado recusar-se a executar, sem justa causa, em parte, o objeto contratual.



**14.5.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de dois anos, quando o contratado recusar-se a executar, sem justa causa, a totalidade do objeto contratual.

**14.6.** Em qualquer caso, a rescisão do contrato, por culpa da contratada, implicará no perdimento, em favor do Poder Público, dos valores repassados ao Município.

**14.7.** Se da infração ao contrato, pela contratada, decorrer em danos patrimoniais ao Município, será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar, aplicado de acordo com os critérios fixados nos itens anteriores.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1 .** A existência dos preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

**15.2.** Não será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio.

**15.3. Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.**

**15.4.** Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

**15.5.** Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

**15.6.** Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

**15.7.** Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

**15.8.** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo a habilitação, não serão admitidos a licitação licitantes retardatários.



**15.9.** Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o [site www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br) de acordo com a Lei nº842 de 10 de maio de 2013.

**15.10.** Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**15.11.** Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**15.12.** Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

**15.13.** A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

**15.14.** A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

**15.15.** Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo III – Modelo de apresentação de proposta.

Anexo IV – Minuta do contrato.

**15.16.** Maiores informações sobre o presente edital podem ser obtidas junto a Divisão de Licitações em dia e horário de expediente, pelo fone (51) 3743-8106 ou pelos e-mails [licitacoes@candelaria.rs.gov.br](mailto:licitacoes@candelaria.rs.gov.br) e [licitacoes2@candelaria.rs.gov.br](mailto:licitacoes2@candelaria.rs.gov.br). Cópias do edital poderão ser obtidas através do [site www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br).

Candelária, 21 de maio de 2018.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
Prefeito Municipal

**DIONATAN TAVARES DA SILVA**  
Secretário Municipal da Administração



Este Edital de Concorrência nº 10/18 foi revisado em 23 de maio de 2018 e está de acordo com a legislação.

**TANAELA ELLWANGER MULLER**  
Subprocuradora do Município  
OAB/RS Nº 86.371

**FRANCIÉLE SCHRÖDER**  
Procuradora Geral do Município  
OAB/RS Nº 95.508



## ANEXO I

### MODELO: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

#### DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da .....(modalidade da licitação) nº .....que .....não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....  
(data)

.....  
(nome)



## ANEXO III

### MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A/C Comissão de Licitação  
Referente à Concorrência nº 10/2018

\_\_\_\_\_ estabelecida na \_\_\_\_\_,  
cidade \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, CNPJ  
nº \_\_\_\_\_ neste ato representada por seu(s) sócio(s)-  
gerente(s)/presidente(s), \_\_\_\_\_ diretor(es), Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, portador(es) de cédula de identidade  
nº(s) \_\_\_\_\_, CPF nº(s)  
\_\_\_\_\_, apresenta abaixo sua proposta financeira.

Para Cessão onerosa do direito de efetuar o pagamento da folha dos servidores públicos do Município de Candelária, pelo período de 60 (sessenta) meses, contados do dia posterior à assinatura do contrato, e prestar todos serviços indicados no Edital da Concorrência Pública nº 10/2018, ofertamos o valor líquido de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), a ser depositado em favor do Município de \_\_\_\_\_, em conta a ser informada pela Secretaria Municipal da Fazenda.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do dirigente da instituição)



## ANEXO IV

### CONTRATO Nº \_\_\_\_/2018 (MINUTA)

*Contrato de Prestação de Serviços que celebram o Município de Candelária e \_\_\_\_\_, conforme Concorrência Pública nº 10/18 e com base na Lei Nº 8.666/93.*

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rego, 1665, nesta cidade de Candelária, inscrito no CNPJ sob Nº 87.568.911/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ...., doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, estabelecido na \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm por justo e acordado o presente Contrato de Prestação de Serviço para cessão da folha de pagamento dos servidores públicos do Município de Candelária a realização do Pagamento da Folha dos Servidores Públicos do Município de Candelária, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A Contratada prestará ao Contratante, mediante cessão onerosa, serviços de Pagamento da Folha dos Servidores Públicos do Município de Candelária, ativos e inativos, estatutários, celetistas e contratados temporários, da Administração Direta, em número aproximado de 916 (novecentos e dezesseis), podendo ocorrer variações, para mais ou para menos, ao longo do período do contrato.

### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Instalar e/ou manter posto de atendimento bancário na sede do Município caso a instituição financeira não tenha agência bancária no Município, com no mínimo 2 (dois) caixas de atendimento, pessoal interno para atendimento dos





servidores e 4 (quatro) máquinas de atendimento eletrônico. O autoatendimento deverá funcionar no mínimo das 07h ao máximo até às 22h, ininterruptamente, nos dias úteis.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O prazo para a instalação do posto de atendimento bancário, se for o caso, será de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato. Esse prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que solicitado pela parte durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**CLÁUSULA QUARTA** - Realizar os serviços de reforma, remodelação e instalação física, elétrica, lógica e de telefonia no local destinado à instalação do posto de atendimento, que deverá respeitar as normas referentes aos portadores de necessidades especiais.

**CLÁUSULA QUINTA** - Arcar com os custos da instalação dos postos de atendimento eletrônico

**CLÁUSULA SEXTA** - Dispor de sistema informatizado compatível com o do Município, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e on-line, arcando com todas as despesas de adaptação, se necessárias.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Não transferir ou ceder as suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do Contratante.

**CLÁUSULA OITAVA** - Oferecer aos servidores municipais, sem a cobrança de qualquer tarifa, a cesta de serviços no mínimo, os seguintes produtos/serviços descritos abaixo. Os demais serviços prestados pela instituição financeira, e voluntariamente contratados pelos servidores, poderão ser remunerados de acordo com a tabela de tarifas do banco.

- i) abertura e manutenção de conta corrente;
- j) transferência, total ou parcial, dos créditos para outras instituições;
- k) saques, totais ou parciais, dos créditos;
- l) 01 (um) extrato semanal emitido em terminal eletrônico;
- m) 25 (vinte e cinco) pagamentos diversos (caixas/autoatendimento);
- n) fornecimento e manutenção de cartão magnético;
- o) 01 (um) talão de cheques ao mês, com 20 (vinte) folhas, conforme análise de crédito realizada pela cessionária;
- p) impressão de contracheque mensal no terminal eletrônico sem cobrança de tarifa.

**CLÁUSULA NONA** - Efetuar todo e qualquer trabalho ou procedimento necessário para a abertura da conta corrente de todos os servidores, disponibilizando estrutura física e humana para o atendimento dos mesmos.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Para os servidores que optarem pela transferência total e automática dos créditos para outras instituições não será fornecido o cartão magnético e



o talão de cheques, em atendimento ao disposto no art. 6º, §2º, da Resolução nº 3.424/06, do BACEN.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Se ao longo da vigência do contrato, tornar-se necessária a instalação de mais equipamentos de atendimento eletrônico, o licitante vencedor deverá providenciá-las no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação efetuada pelo Contratante, até o limite de 2 (duas) novas máquinas.

### **DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – O valor a ser repassado para presente cessão para a prestação de serviços de pagamento da Folha dos Servidores Públicos do Município de Candelária, será de R\$ ..... (.....).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – A contratada deverá depositar em conta bancária a ser indicada pela Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do contrato, o valor da proposta financeira constante da Cláusula Décima Segunda.

### **DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Nos casos em que o servidor optar pela transferência de sua remuneração para conta bancária de outra instituição financeira, basta o servidor formalizar essa opção junto à cessionária uma única vez, não sendo necessária a formalização nos meses seguintes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Os valores a serem transferidos deverão estar à disposição, na conta bancária informada pelo servidor, em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da transferência para a instituição financeira cessionária para os demais servidores do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - O licitante vencedor não poderá cobrar tarifas bancárias sobre todas as contas mantidas em nome do Município e a movimentação das mesmas, durante a vigência do contrato, bem como o pagamento dos servidores não implicará em qualquer custo ao ente público.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - Os créditos a serem lançados nas contas correntes dos servidores, nos termos deste Edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento, gratificação natalina (décimo terceiro salário), férias e demais créditos originários do vínculo entre o servidor e o Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - O Município enviará a relação nominal dos servidores, contendo os dados necessários para o pagamento, com antecedência de 01 (um) dia útil, da data do crédito.



**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - O Município determinará a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros com antecedência mínima de 01 (um) dia da seguinte maneira:

D-1 = data para ser repassado o arquivo;

D 0 = data da entrega dos recursos pelo Município para a Instituição Financeira Contratada;

D+1= crédito na conta do servidor, disponível para saque. O processamento do crédito deverá ser feito a contar da 24h de D 0.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** - Valor da folha de pagamento (base salarial: mês abril/ ano 2018): Total Bruto: R\$ 2.616.235,98 (dois milhões, seiscentos e dezesseis mil, duzentos e trinta e cinco reais, noventa e oito centavos); Total Líquido: R\$ 1.902.053,46 (um milhão, novecentos e dois mil, cinquenta e três reais, quarenta e seis centavos);

### **DA UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA**- Toda a estrutura e montagem destinada à instalação do Posto de Atendimento Bancário e de atendimento eletrônico, se for o caso, ocorrerá por conta da cessionária.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** - Em caso de constatação de irregularidades na execução das estruturas, a cessionária se obriga a saná-las imediatamente.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** - No caso de os equipamentos de atendimento eletrônico instalados apresentarem defeito ou mau funcionamento, deverá a contratada consertá-los no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação formal. Os equipamentos instalados deverão estar em perfeito estado de funcionamento, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do tempo em que exigida sua disposição.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA** - Os serviços de vigilância e de limpeza dos postos de atendimento eletrônico e do Posto de Atendimento Bancário, bem como seguros de qualquer natureza relativos aos espaços públicos em que instalados, serão de inteira responsabilidade da cessionária.

### **DOS PRAZOS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA** – O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados do dia posterior à assinatura.

### **DOS ENCARGOS TRABALHISTAS**



**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA** - Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como qualquer outro decorrente de multas, responsabilidade civil e similares, com referência ao objeto do presente contrato, serão arcados pela contratada.

### **DA FISCALIZAÇÃO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA** - A fiscalização do serviço e do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo contratante, por meio dos servidores Jonas Haetinger e Davi Melchior, lotados na Secretaria Municipal da Fazenda e Secretaria Municipal de Administração, respectivamente, órgãos dotados dos mais amplos poderes para assegurar que o serviço esteja de acordo com o estipulado pelo Edital e disposições contratuais.

**Parágrafo Primeiro:** À fiscalização cabe:

a) registrar eventuais atos ou fatos que importem em descumprimento de cláusulas contratuais e condições previstas neste Edital;

b) julgar a qualidade dos serviços e propor a aplicação de penalidades em conformidade com o prescrito na Lei nº 8.666/93 e no edital de Concorrência Pública nº 10/2018.

**Parágrafo Segundo:** A fiscalização exercida pelo Contratante, nos termos do caput desta Cláusula e no Parágrafo Primeiro, não isenta a Contratada das demais responsabilidades previstas no presente contrato.

**Parágrafo Terceiro:** Caso os serviços não atendam às exigências constantes do Edital e no Contrato, a fiscalização poderá solicitar ao setor competente o início de processo administrativo, para apuração da infração e aplicação da penalidade cabível.

### **DAS PENALIDADES**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA** - Multa de 1% (um por cento) do valor da proposta, por dia, em caso de atraso no repasse, de que trata o item 9.1, até o limite de 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução total do contrato.

**Parágrafo Único:** Se ocorrer a inexecução total do contrato, na forma do item anterior, a multa será cumulada com a suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA** - Multa de 0,5 % (meio por cento) do valor do contrato, por dia, no caso de atraso no cumprimento das demais obrigações previstas



no edital, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

**Parágrafo Único:** Se ocorrer a inexecução contratual, na forma do item anterior, a multa será cumulada com a suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA** - A Administração poderá, em caso de cumprimento insatisfatório de qualquer das obrigações assumidas pelo particular, aplicar a penalidade de advertência, visando a correção das faltas apontadas.

**Parágrafo Único:** Se a contratada, após o recebimento da Advertência, não corrigir as faltas apontadas ou, as tendo corrigido, voltar a cometê-las, a Administração aplicará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo, inclusive, proceder a rescisão do contrato.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA**- Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de um ano, quando o contratado recusar-se a executar, sem justa causa, em parte, o objeto contratual.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA**- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de dois anos, quando o contratado recusar-se a executar, sem justa causa, a totalidade do objeto contratual.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA** - Em qualquer caso, a rescisão do contrato, por culpa da contratada, implicará no perdimento, em favor do Poder Público, dos valores repassados ao Município.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA** - Se da infração ao contrato, pela contratada, decorrer em danos patrimoniais ao Município, será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar, aplicado de acordo com os critérios fixados nos itens anteriores.

### **DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA** – Considerar-se-á extinto o Contrato ao término do prazo da cessão e, ainda, nas seguintes hipóteses, sempre garantindo ao Contratado o direito de ampla defesa:



a) rescisão unilateral, por inexecução contratual, nos termos do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, ou por inadimplemento das obrigações financeiras por parte da cessionária, nos termos dispostos neste Edital e respectivo Contrato.

b) anulação do presente procedimento licitatório e seu respectivo contrato.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA** – Quaisquer dúvidas que venham a surgir entre as partes em razão deste Contrato serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de pleno e comum acordo firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma.

Candelária, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
**PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

RG:

ASS:

Nome:

RG:

ASS:

